



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

CURSO NACIONAL DE POLÍCIA COMUNITÁRIA POLÍCIA COMPARADA

Miguel Libório Cavalcante Neto
Major da Polícia Militar do Estado de São Paulo



Plano Nacional de Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Projeto “Treinamento de Profissionais da Área de Segurança do Cidadão” - (AD/BRA/98/D32)
Curso Nacional de Polícia Comunitária

Apoio:

Governo do Estado do Espírito Santo



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Militar do Estado de São Paulo



Nesta apostila você verá:

Polícia Comunitária Comparada – Internacional..... 03

Com o objetivo apenas referencial para ampliar a discussão sobre a importância do tema, são apresentados alguns exemplos: Estados Unidos da América, Canadá e Japão, Europa e Latino América.

Polícia Comunitária Comparada – Brasil..... 25

Com o mesmo objetivo referencial é apresentado as origens de Polícia Comunitária no Brasil, as primeiras experiências e o Programa de Polícia Interativa, desenvolvido no Espírito Santo.

POLÍCIA COMUNITÁRIA COMPARADA – INTERNACIONAL

A discussão de novos modelos para emprego operacional e jurídico das polícias mundiais é global. Inúmeros países têm-se mostrado insatisfeitos com a metodologia adotadas pelas suas instituições, fazendo com que aumente a discussão em todo o mundo.

Um dos temas mais atuais, o policiamento comunitário, tem mostrado a grande possibilidade de ampliar essa discussão, pois aproxima a comunidade das questões de segurança pública.

Para efeito de estudos, foram analisadas as experiências nos Estados Unidos da América. Canadá, Japão e a introdução da Polícia de Proximidade nos países latinos da Europa, mormente Espanha e França, além da província canadense de Quebec e as experiências de alguns países da América do Sul.

OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Com base em estudos realizados recentemente, verificou-se que com o advento do automóvel, o policial foi se afastando paulatinamente de um convívio mais estreito com as pessoas. Abrigado contra intempéries, patrulhando ligeiramente ruas e logradouros, sem observar detalhes e sem colher informações preciosas, o policial passou muito mais a reprimir do que a prevenir delitos. Assim, a ação policial estava vinculada ao atendimento rápido (tempo-resposta).

Em diversas experiências realizadas em cidades americanas, constatou-se que o aumento ou diminuição dos recursos policiais, tanto humanos quanto tecnológicos, não influenciava decisivamente na queda dos índices de criminalidade e mesmo na melhora da sensação de segurança pela população. A técnica criada na década de 70, conhecida como tempo resposta (tempo que uma patrulha, depois de acionada pelo rádio, demorava para chegar ao local do fato) mostrou-se insuficiente para prevenir a criminalidade, determinando, ao contrário, um aumento no número de ocorrências atendidas pela polícia.

Assim, mesmo sendo um país adiantado e rico, os EUA levaram cerca de 40 anos para se aperceberem das necessidades de mudanças, pois a polícia era vista também como um dos principais instrumentos políticos do Governo.

A partir de 1992 com os fatos havidos em Los Angeles, em virtude da excessiva violência policial, e a alta corrupção das Polícias, com destaque para Nova Iorque, o governo Bill Clinton, destinou recursos anuais da ordem de US\$ 8 bilhões, voltados ao treinamento, tecnologia e aproximação do comunidade, no programa chamado de Policiamento Comunitário. Criou um organismo denominado COPS – Community Oriented Police Services, vinculado ao Departamento de Justiça, com a missão de reformular as polícias estaduais e municipais, introduzindo programas comunitários, motivando a participação do cidadão e estimulando a valorização do serviço policial.

Foram criadas também inúmeras Organizações Não Governamentais – ONGs, que têm por objetivo, além de coordenar os gastos do recursos com a polícia, com a participação da comunidade, estudos para o aprimoramento da filosofia de Polícia Comunitária em todo o Estado Americano.

Todas as iniciativas em Polícia Comunitária são analisadas e difundidas em todo o

País, e as melhores ganham prêmios e são citadas no Congresso Americano. Algumas ONGs que se destacam neste trabalho são: Instituto Vera, sediado em Nova Iorque, o PERF – Police Executive Research Fórum, sediado em Washington-DC e o Community Police Consortium, associado ao PERF e também sediado em Washington.

Os principais programas comunitários desenvolvidos nos E.U.A são:

a. “Tolerância Zero – programa desenvolvido dentro do critério de que qualquer delito (de menor ou maior potencial ofensivo) deve ser coibido com o rigor da lei”. Não apenas os delitos, mas as infrações de trânsito e atos anti-sociais como embriaguez, pichações, comportamentos de moradores de rua, etc. O programa exige a participação integrada de todos os órgãos públicos locais, fiscalizados pela comunidade. Não é uma ação apenas da polícia. A cidade que implementou este programa com destaque foi Nova Iorque que, devido o excepcional gerenciamento reduziu quase 70% a criminalidade na cidade.

‘REI’ FEZ NY TROCAR ENERGIA VITAL POR ORDEM E PAZ

ESTADO DE SÃO PAULO
Domingo, 18 de fevereiro de 2001

**Com métodos polêmicos, Giuliani reduziu criminalidade e ‘autorizou’
nova-iorquinos a serem insensíveis**

JAMES TRAUB
The New York Times Magazine

O Antigo Testamento fornece grande número de possíveis metáforas para o reinado, que agora chega ao fim, do prefeito de Nova York, Rudolph W. Giuliani. O reverendo Calvin Butts, pastor da Igreja Batista Abissínia do Harlem, sugere a seguinte: "Houve um homem chamado Josias, que se tornou rei. Andavam vasculhando destroços e encontraram os livros da lei que haviam perdido. E Josias disse: 'Leiam-nos para mim.' E ele depois disse: 'É isso que, para todos os efeitos, devíamos estar fazendo?' E ele percorreu o mundo. Parou em todos os templos dos deuses estrangeiros e matou os sacerdotes que não queriam submeter-se ao Deus único. Foi uma coisa brutal, horrível, mas ele restaurou a ordem, a paz e a lei na terra. Ele entrou para os anais dos Segundos Reis como um dos maiores reis."

O reverendo Butts é o tipo de clérigo eloqüente, propenso a ser arrebatado pela própria oratória. Ele tem todo tipo de reservas em relação a Giuliani e não o chama, quando fala em prosa, de grande rei urbano. Mas Butts é uma das mais importantes figuras negras de Nova York e, sob a maioria dos aspectos, é membro dessa entidade amorfa conhecida como elite liberal. Portanto, sua convicção de que o prefeito levou "ordem, paz, lei" à cidade fala com eloqüência da evolução da opinião nos círculos liberais.

Eles precisarão mostrar que entendem como o mundo mudou profundamente desde 1993, mas sem indispor o vasto segmento do Partido Democrata que ainda vê cascos fendidos dentro das reluzentes sandálias pretas de Giuliani.

Valores burgueses - *Pode-se argumentar que os nova-iorquinos fizeram as pazes com os valores burgueses sobre os quais o prefeito prega sempre: "Se vocês não acentuarem o respeito às outras pessoas, a cidade desmorona"; "meu pai tinha a sabedoria de perceber*

que todo trabalho faz sentido"; etc. Poucos anos atrás, o crítico cultural John Leonard escreveu que Giuliani havia submetido a cidade ao "treinamento da obediência".

Na verdade, nada dessa boa conduta hiperbólica parece muito duradoura. Tem-se a impressão de que os garotos vão começar a atirar apagadores assim que o professor sair da sala. No entanto, se os nova-iorquinos não se tornaram tão obedientes quanto o prefeito gostaria, aceitam trocar energias vitais por prosperidade e paz.

Veja-se por exemplo no que a Times Square se tornou. Com sex shops e vida urbana agitada, a Times Square era o símbolo espalhafatoso da festança liberal. Agora ela cedeu lugar à Disney e à megaloja Virgin, a um cinema de 25 telas e a restaurantes temáticos que evocam o estado de espírito da cidade que eles substituíram. Foi evidentemente a prosperidade econômica que tornou possível a nova Times Square, mas foi a campanha do prefeito pela qualidade de vida que tornou o local adequado à instalação de empresas.

Essa nova Times Square é o emblema da Nova York de Giuliani, segura, limpa, familiar; o prefeito presidiu euforicamente o baile de ano-novo.

Ação agressiva caracteriza polícia

Força policial chega a ser chamada de exército de ocupação em comunidades minoritárias

NOVA YORK - Giuliani foi amplamente ridicularizado quando prometeu que prenderia transgressores de baixo nível que lidam com drogas, mendigos agressivos e malandros. O senador Daniel Patrick Moynihan proporcionou a Giuliani a palavra de ordem perfeita quando cunhou a frase "definindo distorções". Era exatamente o que aquilo parecia: havíamos criado o hábito de aceitar o inaceitável. Em essência, a campanha dele foi: "Vocês não precisam aceitar."

Giuliani não fez com que fosse saudável admitir que você não gosta de pichações; também legitimou a idéia de que você tem direito a um ambiente sem pichações. Mais amplamente, ele legitimou a própria idéia de direitos coletivos, em vez de individuais. Essa mudança de expectativa estava por sua vez ligada a algo mais profundo - o pressuposto de que uma cidade e um prefeito conseguem alterar o que parecia inalterável. Prometendo limpar as ruas e reduzir drasticamente a criminalidade, Giuliani e seu delegado de polícia, William Bratton, estavam prometendo fazer algo que os nova-iorquinos e os especialistas não acreditavam ser viável. Mas eles fizeram; nos três primeiros anos de sua administração, o índice de crimes graves caiu 16%, 14% e 7% respectivamente. Os homicídios caíram mais que a metade.

A base moral do liberalismo urbano é sua antiga e ardente preocupação com os pobres. A contribuição de Giuliani a esta tradição é algo novo: o melhor meio de ajudar os pobres é reduzir a criminalidade. Giuliani fez cortes inéditos nos gastos com o bem-estar social, reduziu o financiamento de instituições como a Universidade Municipal e tentou privatizar os hospitais públicos de que pobres dependem até para atendimento médico básico. Mas, sempre que é criticado por ser insensível com os pobres, na maioria negros ou hispano-americanos, o prefeito destaca que milhares desses cidadãos estão vivos por causa da redução da criminalidade, cujo mérito Giuliani assume.

A criminalidade começou a cair rapidamente quando Bratton adotou táticas agressivas para remover armas das ruas. Em vez de esperar que um crime ocorresse, um policial abordava na rua alguém que ele suspeitava, com base numa causa provável, de estar portando arma ou cometendo outro tipo de crime - e o revistava. Ou detinha alguém por má conduta, como não pagar passagem no metrô.

Essa política, chamada de "abordagem e revista", conseguiu reduzir drasticamente a violência praticada com armas, mas também submeteu toda uma população da cidade - jovens negros e hispano-americanos - a buscas freqüentes. Quando personalidades como o pastor Al Sharpton dizem que a polícia de Giuliani é um exército de ocupação nas comunidades minoritárias, é nessas táticas agressivas que elas estão pensando.

Claro que não se pode pensar na Nova York de Giuliani sem atentar para para a prosperidade vertiginosa que predomina desde meados dos anos 90. O prefeito é apenas um felizardo por estar governando numa época em que bilhões de dólares circulam por Wall Street, mas ainda assim o boom tem um toque de Giuliani.

O tesoureiro do município, Alan G. Hevesi, um dos democratas aspirantes a prefeito, diz: "Associo os 37 milhões de turistas em Nova York ao que ele (Giuliani) fez com o índice de criminalidade. Associo os pedidos de matrículas em nossas universidades, os mais numerosos de todos os tempos, à sensação de que a cidade está mais segura, mais limpa."

b. "Broken Windows Program"- baseado na **"Teoria da Janela Quebrada"** de George Kelling o programa estabelece como ponto crucial a recuperação e estruturação de áreas comuns, comunitárias, ou mesmo a comunidade assumir o seu papel de recuperação social. Um prédio público preservado, o apoio para recuperação de um jovem drogado são mecanismos fortes de integração e participação comunitária. É a confirmação da teoria de Robert Putnam (engajamento cívico). Este programa também preconiza formas de prevenção criminal, reeducando a comunidade;

c. "Policing Oriented Problem Solving" – o "Policiamento Orientado ao Problema" é mais um meio de engajamento social. A premissa baseia-se no conceito de que a polícia deixa de reagir ao crime (crime fighting policing) e passa a mobilizar os seus recursos e esforços na busca de respostas preventivas para os problemas locais (problem-oriented policing); ao invés de reagir contra incidentes, isto é, aos sintomas dos problemas, a polícia passa a trabalhar para a solução dos próprios problemas. A noção do que constitui um problema desde uma perspectiva policial expande-se consideravelmente para abranger o incrível leque de distúrbios que levam o cidadão a evocar a presença policial. A expectativa é de que ao contribuir para o encaminhamento de soluções aos problemas, a polícia atrairá a boa vontade e a cooperação dos cidadãos, além de contribuir para eliminar condições propiciadoras de sensação de insegurança, desordem e criminalidade.

CANADÁ

A Polícia Comunitária no Canadá teve seus primeiros passos há aproximadamente 20 anos, quando o descrédito na instituição policial obrigou as autoridades e a população a adotarem providências para a reversão do quadro de insatisfação.

A implantação durou 8 anos e demandou medidas de natureza administrativa, operacional, mas principalmente a mudança na filosofia de trabalho com nova educação de todos os policiais.

a. base territorial

As cidades são divididas em distritos policiais e os distritos em pequenas vizinhanças. Transmite-se à população a idéia de que a polícia está sempre perto. Em muitos bairros o policial circula de bicicleta.

O Policial deve conhecer as pessoas e todos os problemas do bairro. A população e as empresas fazem parceria com a Polícia, doam prédios e equipamentos, fora o aperfeiçoamento dos serviços. A divisão territorial está ligada a questões geográficas e aos tipos de crimes em determinadas regiões. Quando uma modalidade criminosa chama a atenção, os policiais fazem curso a respeito e são treinados a enfrentar e solucionar os problemas resultantes da ação criminosa detectada. Na sua ronda o policial visita casa e empresas e demonstra estar trabalhando por prazer. Quando um problema é identificado, o município, a população e a polícia se unem para solucioná-lo imediatamente. Exemplo: em um bairro notou-se que os orelhões (telefones) tradicionais, serviam para esconder drogas. A população informou a polícia e em menos de 30 dias todas as cabinas telefônicas foram envidraçadas ficando transparentes, o que impedia a ocultação das drogas. Outras providências que demonstram a participação da população referem-se a iluminação de praças e ruas para evitar ambientes que favorecem o crime.

Para se ter uma idéia mais contundente da parceria polícia-população, os bancos da praça de um bairro foram divididos em três partes por braçadeiras para evitar que mendigos ou possíveis infratores da lei dormissem neles. Há um caso em que foi instalado um posto policial num SHOPPING, em razão de furtos e depredações causados por gangs juvenis.

b. A operacionalidade e princípios de atuação.

A população participa de todas as decisões da polícia. Acredita-se que o poder vem junto com responsabilidade. Dividindo-se o poder com o cidadão, aumentando-se os benefícios à segurança, à população e à polícia. A comunidade participa ainda com voluntários e atendentes nos postos policiais, o que os libera para os trabalhos de rua. Pessoas aposentadas são encontradas normalmente em trabalhos gratuitos nas repartições policiais. As pessoas são estimuladas a colaborar com a polícia, dando-se valor a informações de prostitutas e moradores de rua.

As informações que a polícia recebe são sigilosas, preservando-se o informante. Há um estado de consciência de que o sucesso da polícia, depende do trabalho do policial de rua. Dá-se muita importância a demonstrar que a polícia está sempre presente e que se aproxima do cidadão mesmo sem ser solicitada. Nesse sentido a prevenção torna-se o trabalho mais importante. A polícia ministra cursos aos cidadãos num processo de aperfeiçoamento das relações com a comunidade. Assim a polícia é vista não como um grupo que usa uniforme, mas como integrante da sociedade local e nacional.

c. A atividade dos policiais.

O policial se orgulha de não usar a violência. Ele sabe receber e distribuir sorrisos. A participação é a palavra chave na relação polícia-cidadão. O policial se aproxima sem ser chamado procurando ser útil e orientando as pessoas. Os policiais procuram atrair os jovens sabendo que eles gostam de música e dança, a polícia criou um conjunto musical, com policiais veteranos denominado “Trovão Azul” (azul é a cor da farda) que percorre o país com

mensagens contra drogas. São realizados competições de VOLLEY entre estudantes e policiais e estimulada a troca do vício pelo esporte.

Essa aproximação fez com que:

- os estudantes solicitassem muito mais os policiais;
- os policiais fossem levados a sério pelos jovens; e
- os estudantes acreditassem que os policiais podem ajudá-los.

Do trabalho com a juventude resultou também um vídeo “desenho animado”, pelo qual são transmitidas as crianças regras de segurança. **Na ação policial, sacar a arma é o último recurso.** Em casos da necessidade de atuação repressiva observa-se a seguinte seqüência:

- advertência verbal (não resista é a polícia - levante as mãos e se entregue).
- em caso de resistência, utiliza-se SPRAY de pimenta nos olhos e nariz.
- chave de braço, comprimindo as laterais do pescoço, para evitar asfixia e provocar submissão.
- só atirar em último caso, com pontaria para imobilizar, não para matar.
- o uso de algemas é recomendado em casos que a pessoa ao ser detida ofereça resistência ou possa ferir a si próprio ou aos policiais.

Os policiais são treinados constantemente, aprendem a respeitar as leis escritas e não escritas. Na instrução são utilizados situações reais como por exemplo casos de violência familiar.

d. Agilidade da polícia e da justiça.

- a polícia orienta em caso de pequenas infrações, evitando prisões desnecessárias;
- em caso de prisão, o destino do preso é resolvido em 24 horas (permanecer preso ou liberado);
- para as primeiras 24 horas há um tipo de prisão com no máximo 05 (cinco) na cela e um telefone a disposição para falar com o advogado;
- utiliza-se muito as penas alternativas, evitando-se a prisão; e
- para prisões acima de 24 horas, existe instituição carcerária própria.

e. A organização da polícia.

Existem polícias federais, provinciais (estaduais) e municipais, num total de quase 800 instituições. Quando da montagem das polícias municipais é feita uma concorrência pública. A Polícia Montada do Canadá coordena os trabalhos das polícias canadenses estabelecendo normas padrões e treinamento em todo o país. A estrutura policial é toda voltada ao emprego da Polícia Comunitária.

Existem polícias bem estruturadas dentro do modelo de Polícia Comunitária (como as das cidades de Calgary, Toronto e Vancouver) e outras que estão iniciando (como Montreal e Quebec).

JAPÃO

Possuindo características de um Estado moderno, com um alto grau de participação social, muito diferente do modelo brasileiro, o Japão possui um sistema de policiamento fardado baseado na estrutura da Polícia Nacional Japonesa. Desenvolve um dos processos mais antigos de policiamento comunitário no mundo (criado em 1879), montado numa ampla rede de postos policiais, num total de 15.000 em todo o país, denominados KOBANS E CHUZAISHOS.

Para se ter uma avaliação da importância dada ao sistema de policiamento comunitário fardado no Japão, a partir de 1998 o efetivo policial passou a contar com 263.600 pessoas, sendo:

- Agência Nacional de Polícia com 7.600 pessoas (1.400 policiais; 900 Guardas Imperial e 5.300 funcionários civis).
- 47 Províncias (como se fossem Estados) com 256.000 pessoas (226.000 policiais e 30.000 funcionários civis).

Dos 226.000 policiais, cerca de 40% estão destinados ao policiamento comunitário fardado, sendo que, destes, 65% estão prestando serviços nos Kobans e Chuzaishos, 20% no policiamento motorizado e 15% no serviço administrativo do Sistema, incluindo o staff de comando, sistema de atendimento e despacho de viaturas para ocorrências e comunicação como um todo.

O POLICIAL JAPONÊS

O Policial japonês através de suas atitudes demonstra claramente sua formação cultural, ou seja, extremamente educado, polido e disciplinado, cumprindo integralmente suas obrigações com determinação e zelo. Possuindo, no mínimo, formação de 2º grau e até mesmo universitária, sentindo-se perfeitamente à vontade quando da utilização dos mais avançados recursos tecnológicos, na área de comunicações e informática, o que aliado a sua formação técnica policial lhe possibilita alcançar resultados positivos em seu serviço, agindo na maior parte das vezes isoladamente.

JURAMENTO DO POLICIAL JAPONÊS

Como membro da Polícia, eu aqui prometo:

- *Servir a nação e a sociedade com orgulho e um firme sentido de missão.*
- *Prestar o devido respeito aos direitos humanos e realizar minhas obrigações com justiça e gentileza.*
- *Manter estreita disciplina e trabalhar com o máximo de cooperação.*
- *Desenvolver meu caráter e a capacidade para minha auto-realização.*
- *Manter uma vida honesta e estável.*

O POLICIAL COMUNITÁRIO

O Policiamento Comunitário é o centro das atividades policiais de segurança no Japão. Como já foi exposto 40% do efetivo da polícia é destinado ao Policiamento Comunitário. Os outros 60% estão exercendo suas funções em atividades administrativas, investigações criminais, segurança interna, escolas, bombeiros, trânsito, informações e comunicações, bem como para a Guarda Imperial.

A importância dada ao Policiamento Comunitário pela Polícia Japonesa a qual é seguida à risca, se deve a algumas premissas tidas como imprescindíveis:

a) a impossibilidade de investigar todos os crimes pressupõe um investimento de recursos na prevenção de crimes e acidentes, para aumentar a confiança da população nas leis e na polícia.

b) impedir o acontecimento de crimes e acidentes é muito mais importante do que prender criminosos e socorrer vítimas acidentadas.

c) a polícia deve ser levada aonde está o problema, para manter uma resposta imediata e efetiva aos incidentes criminosos individuais e às emergências, com o objetivo de explorar novas iniciativas preventivas, visando a resolução do problema antes de que eles ocorram ou se tornem graves. Para tanto descentralizar é a solução, sendo que os maiores e melhores recursos da polícia devem estar alocados na linha de frente dos acontecimentos.

d) as atividades junto às diversas comunidades e o estreitamento de relações polícia e comunidade, além de incutir no policial a certeza de ser um “mini-chefe” de polícia descentralizado em patrulhamento constante, gozando de autonomia e liberdade de trabalhar como solucionador dos problemas da comunidade, também é a garantia de segurança e paz para a comunidade e para o seu próprio trabalho.

Seguindo estas idéias básicas, a Polícia Japonesa descentralizou territorialmente sua bases de segurança em mais de 15.000 bases comunitárias de segurança, denominados Koban ou Chuzaisho, funcionando nas 24 horas do dia.

Os Kobans e os Chuzaishos são construídos pelas prefeituras das cidades onde estão localizados, responsabilizando-se também pela manutenção do prédio, pagamento da água, luz, gás, etc. O critério para sua instalação e localização é puramente técnico e é estabelecido pela Polícia de tal forma que garanta o atendimento cuidadoso e atencioso às pessoas que procurem a polícia. Estes postos policiais (Kobans e Chuzaishos) estão subordinados aos “Police Stations”.

Chuzaisho: Instalação e Funcionamento

O policial é instalado numa casa, juntamente com sua família. Esta casa, fornecida pela Prefeitura, é considerada um posto policial, existindo mais de 8.500 em todo o Japão; cada Chuzaisho está vinculado diretamente a um “Police Station”(Cia) do distrito policial onde atua.

O policial trabalha no horário de expediente, executando suas rondas fardado. Na ausência do policial, sua esposa auxiliará em suas atividades, atendendo ao rádio, telefone, telex e as pessoas, sem que, para isso, seja considerada funcionária do Estado, mas essa sua atividade possibilita ao marido policial o recebimento de uma vantagem salarial. Quanto aos gastos com energia, água, gás e a manutenção do prédio ficam a cargo da prefeitura da cidade onde o posto está localizado.

Koban : Instalação e Funcionamento

Os Kobans, em número superior a 6.500 em todo o Japão, estão instalados em áreas de maior necessidade policial (critério técnico). Os Kobans são construídos em dimensões racionais, em dois ou mais pavimentos, com uma sala para o atendimento ao público, com todos os recursos de comunicações e informática, além de compartimentos destinados ao alojamento (com camas e armários), cozinha, dispensa e depósito de materiais de escritório, segurança, primeiros socorros, etc.

No **Koban**, trabalham equipes compostas por 03 ou mais policiais, conforme seu grau de importância, cobrindo as 24 horas do dia em sistema de rodízio por turnos de 08, 12 ou até mesmo 24 horas, o que é mais comum.

No interior de um Koban há sempre uma equipe de um ou dois policiais para atendimento ao público e atender ao rádio e ao telefax; os demais desenvolvem atividades de patrulhamento a pé, de bicicleta ou mesmo motocicletas, e é responsável por uma pequena área e pelas visitas comunitárias, através das quais sabem o número de residências, comércios, estrangeiros residentes, enfim um controle detalhado daquela pequena área, uma vez que o controle das ocorrências é de responsabilidade dos integrantes daquele Koban.

Para todas as atividades desenvolvidas em um Koban, há horários específicos para o seu cumprimento, como por exemplo horários para o patrulhamento, entrevistas com a comunidade, preenchimento de relatórios policiais, refeições e descanso no próprio Koban.

Há também reuniões com a comunidade, chamados conselhos comunitários (similar aos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs), os quais se reúnem de 2 a 3 vezes por ano, isto porque, enquanto um ou mais problemas apresentados pela comunidade não forem solucionados, não se discute novos problemas, para evitar que um problema se acumule sobre outro e não se resolva nenhum.

Existem cerca de 2000, policiais aposentados ou ex-policiais (exonerados a pedido) contratados para trabalhar como atendente nos Kobans. Eles trabalham 30 horas semanais recebendo o salário através de verba repassada pelo Governo Federal às Policiais Provinciais.

Quanto ao tempo de permanência de um policial comunitário em um mesmo Koban, este pode variar de 2 a 5 anos, mas é extremamente importante o tempo mínimo de permanência, para que haja efetivamente o engajamento do policial num determinado setor específico da comunidade, criando uma relação de pertinência, em caráter de longo prazo, uma vez que pelos conhecimentos que possui do bairro e das pessoas que nele vivem ou trabalham pode ser o catalisador para o desenvolvimento de soluções criativas que não se concentre especificamente em prender delinquentes, pois só assim, o policial pode reduzir o crime e ir ao encontro das necessidades apropriadas da comunidade, sendo conhecido e respeitado pelas suas atitudes.

Cada Koban é comandado por um “Assistant Police Inspector” ou por um “Police Sergeant”, conforme sua importância, e cada equipe é comandada pelo mais antigo de polícia da guarnição, ou mais o graduado no respectivo turno.

Os Kobans se ligam diretamente aos “Police Station” deles recebendo as determinações e acionamentos necessários ou para eles encaminhando as ocorrências não

resolvidas nos locais, bem como condução das partes.

As atividades num Koban são intensas e existe uma rotina estabelecida, que varia de dia para dia e de acordo com a situação.

- atendimento às pessoas;
- recebimento e transmissão de mensagens;
- preenchimento de relatórios de serviço;
- faxina e manutenção do material;
- patrulhamento a pé, de bicicleta ou motocicleta nas áreas abrangidas pelo Koban;
- visitas às residências, casas comerciais e escritórios de serviço;
- visitas a pessoas idosas, escolas, etc.

A POLÍCIA DE PROXIMIDADE NA EUROPA

Seguindo os mesmos preceitos da Polícia Comunitária a Polícia de Proximidade adota as mesmas características da Polícia Comunitária, porém para comunidade latina, dentro de uma terminologia diferente.

A essência é trabalhar próxima a comunidade, interagindo, buscando identificar o serviço policial e atuando de forma preventiva, antecipando-se aos fatos.

A POLÍCIA DE PROXIMIDADE NA ESPANHA – Um modelo Europeu

SANTIAGO CUADRO JEAN

Comissário Geral
Polícia Nacional da Espanha

Essa experiência tem sido muito positiva para a nação espanhola. No final de 1996, nosso Diretor Geral de Polícia tornou-se responsável pela segurança nacional, que antes era de responsabilidade da Guarda Civil Espanhola. E a primeira atividade efetuada foi uma avaliação da situação da Segurança Pública. Após a análise, o Diretor Geral chegou a uma conclusão: a Polícia espanhola era eficiente, mas o crime organizado, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e fraudes econômicas e financeiras também eram muito organizados. A venda de mulheres e outros crimes não estavam sendo combatidos de forma eficiente. Fomos também capazes de provar que a polícia nacional não estava tratando de forma eficaz os crimes que estavam afetando os cidadãos que vivem e trabalham nas grandes cidades.

A resposta imediata que foi dada por parte da polícia espanhola não era o que nós esperávamos. Em seguida, criou-se uma comissão que teve como chefe o diretor de polícia. E para começar a trabalhar, nós visitamos outros países que já tinham experiência em Polícia Comunitária: a Grã-Bretanha, os Estados Unidos da América e o Canadá.

Uma vez que fomos capazes de chegar a uma conclusão mais concreta a respeito dos modelos desses países visitados, nós então começamos a enfrentar o desafio de introdução da Polícia Comunitária na Espanha. Ao começarmos com essas mudanças, enfrentamos

resistências por parte dos órgãos policiais. E para poder vencer essa resistência, tivemos que, logo no início, implantar a Polícia Comunitária em cidades onde havia alguns funcionários públicos que participariam como voluntários. Por causa disso, em 1997, nós começamos um projeto piloto e esta filosofia do policiamento comunitário entrou em confronto com as patrulhas de polícia.

As patrulhas normalmente eram realizadas por dois policiais dentro de um veículo e esses policiais dirigiam por muitos quilômetros. Não obstante, as suas atividades eram limitadas meramente à reação. Quando alguém chamava no telefone, as pessoas que atendiam o telefonema enviavam uma patrulha para atender à solicitação. Contudo, um novo modelo que apresentamos dividia esses policiais, ou seja, a patrulha seria de indivíduos a pé, embora tenhamos oferecido motos de pequena cilindrada para que eles pudessem efetuar o patrulhamento. Os policiais teriam a responsabilidade de agir rapidamente de uma forma plena em quaisquer eventos que pudessem ocorrer na área de serviço. E a resposta seria rápida, através de prisões, detenções, incluindo informações das vítimas às pessoas, no que tange à burocracia a ser preenchida na Delegacia de Polícia. Essa responsabilidade incluiria também assistência e ajuda. Resumindo, os policiais se tornariam integrados ao bairro que eles policiariam com a intenção de ficarem conhecidos pela população do local, envolvendo-se em uma relação de confiança mútua.

Desta maneira nós fomos capazes de obter a cooperação de todos os membros da comunidade. Caso contrário, seria muito difícil pensarmos em conceitos de cooperação. Seria muito difícil obter informações de crimes que são cometidos no bairro.

A colaboração por parte dos membros da comunidade também tornou possível analisar melhor os problemas e, na medida do possível, efetuar todas as atividades e medidas para solucionar esses problemas.

Uma vez levantados os resultados nas cidades pilotos de Polícia Comunitária, resolvemos estender o programa a todo o território nacional. Começamos a trabalhar com este conceito em 1999. Em janeiro desse ano, portanto, iniciamos o trabalho em seis cidades, onde nós temos os maiores conflitos. Estou me referindo às cidades que possuem maiores números de habitantes. Com essa implantação, foi necessário fazer um planejamento, e esse foi repassado às cidades menores. Houve pequenas mudanças devido às solicitações de algumas cidades que desejavam ter a Polícia Comunitária mais rapidamente, então, os membros dessa comunidade tinham-se tornado conscientes desse novo conceito, através de campanhas veiculadas pela mídia, por folhetos publicados pela administração geral da polícia e também ouvindo o que se dizia em outras cidades. E o resultado dessas experiências tem sido extremamente satisfatório.

As taxas de crimes na Espanha, nos últimos oito anos, de 1990 a 1998, tinham sido reduzidas. Contudo, nos últimos nove meses, os índices haviam subido e, com essa nova experiência, reduziram-se os índices de crimes em oito por cento. Isto quer dizer que nós conseguimos reduzir a tendência que estava aumentando. E, além disso, traz mais um valor para nós, porque a proximidade que nós conseguimos com os membros da comunidade nos permitiu descobrirmos as causas, as fontes dos crimes.

A Polícia de Proximidade é responsável por atender às ocorrências na rua. Por exemplo, se uma pessoa nos procurar dizendo que sua carteira foi roubada ou o seu carro foi roubado, através dos impressos que nós temos os interessados podem completar imediatamente o boletim de ocorrência. Também trabalhamos com chamadas telefônicas para

denunciar ou fazer boletim de ocorrência. No momento, estamos atendendo também via internet e evidentemente já temos delegacias de polícia onde os cidadãos podem fazer isso, através de um programa de computador – o SITEPOL. Nos boletins de ocorrência são incluídas todas as informações de roubo, de furtos, colocando tudo num sistema digital, e esse sistema digital nos permite rapidamente detectar quais os tipos de crime que estão sendo cometidos, em que número, quais são os horários. Enfim, todas essas informações são usadas para planejamento das atividades de polícia.

A Polícia de Proximidade, como queiram, baseia seus programas em objetivos muitos claros. São objetivos estratégicos assim considerados: **nós queremos reduzir os índices de criminalidade, queremos melhorar a qualidade de serviços que prestamos, e a nossa intenção é aumentar a satisfação da população e dos próprios policiais.**

Em princípio parece que nós conseguimos satisfazer esses três objetivos. E esperamos fazer ainda mais no futuro. E a satisfação dos membros da comunidade une-se àquela sensação de segurança, o que chamamos de segurança subjetiva.

Os cidadãos e os membros da comunidade vêem os policiais na rua, começam a conhecê-los, e sentem-se mais seguros. Insisto mais uma vez que é por isso que nós acreditamos que o modelo de uma Polícia Comunitária ou de Proximidade é uma experiência que pode ser extremamente positiva.

Encerrando, queria dizer que a Polícia Comunitária não irá acabar com o crime. As soluções vão além da Polícia Comunitária. É evidente que nós devemos ter também outras alternativas para combater os crimes mais graves e é evidente que temos a necessidade de uma polícia especializada para sermos capazes de solucionar os problemas que estão afetando o Estado, que não afetam diretamente o cidadão, mas o Estado. Eu me refiro ao tráfico de entorpecentes, lavagem de dinheiro, e também tráfico de seres humanos e outros tipos de crime que se tornaram uma grande preocupação para os governos. E que exigem um tipo de resposta totalmente diferente.

A POLÍCIA COMUNITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL

ARGENTINA

ARTURO ANTONIO CORBETTI
Polícia Federal Argentina

Foi implantada uma Política Criminal baseada na sistematização de dados das casas e dos cidadãos de regiões de maior incidência, onde se começou a desenvolver atividades policiais para erradicar o crime dessas localidades. À medida que se recebem as comunicações e informações sobre os fatos trazidos pela comunidade, aumentam-se o policiamento motorizado e vários tipos de patrulha. A comunidade contribui com os dados a respeito dos próprios fatos e outras modalidades delituosas que se repetem continuamente. Após, com ajuda da comunidade, a polícia efetua a prisão dos autores.

Outra política adotada refere-se ao apoio psicológico e sanitário. Quando alguém é ferido por ato criminoso, a polícia coloca à disposição médicos e psicólogos da Instituição. Estes orientam a pessoa a respeito da ocorrência e emitem um relatório sobre a pessoa.

Foi iniciada uma política interna com policiais sobre sua participação dentro e

fora da Instituição. Conscientização sobre sua importância e de sua profissão.

Foi criado um programa de rádio federal que, além de informar a comunidade, dá assistência contínua às pessoas, com orientações policiais, médicas, legais ou psiquiátricas, sem a cobrança de qualquer tarifa, isto é, totalmente gratuito.

Iniciou-se uma grande campanha publicitária preventiva, na televisão, sobre a ingestão de bebidas e drogas por menores de idade. A Campanha abrange também todas as medidas preventivas que devam ser adotadas para que as pessoas não sejam surpreendidas pelos crimes.

Os policiais foram colocados em constante contato com a comunidade, estimulando a troca de conhecimentos, o aconselhamento sobre os crimes e assuntos em geral para que as pessoas sejam sempre informadas sobre tudo o que se passa. É o embrião de uma polícia de proximidade.

Foi criada uma central que abriga um banco de dados geral dos serviços públicos. Para este centro são direcionadas as chamadas da comunidade que necessita de determinados serviços públicos. A Polícia passa a ser o nexo dos pedidos e requerimentos de serviços públicos essenciais urgentes da comunidade. Recebida a solicitação, a polícia aconselha, orienta e, se for o caso, fica no local com o cidadão até que chegue o serviço especializado. Como por exemplo, se o cidadão tem problema com o vazamento de gás, o policial orienta e fica com ela até a chegada do serviço respectivo acionado pelo próprio centro.

COLÔMBIA

Tenente Coronel ORLANDO BARREIRO

Coordenador da Equipe de Gestão

Diretor Geral da Polícia Nacional da Colômbia

A Polícia Nacional da Colômbia, há exatamente cinco anos, sofreu problemas graves devidos ao péssimo serviço que realizava e à corrupção de seu membros, motivo pelo qual quase foi extinta.

Diante do quadro que se apresentava, era necessário processar mudanças urgentes. Essas mudanças foram coordenadas pelo Chefe de Governo da Colômbia.

Primeiramente, foi realizado um diagnóstico do problema da Polícia Nacional da Colômbia, buscando informações junto ao cliente mais próximo: o cidadão. Questionou-se ao cidadão usuário sobre como deveria agir a polícia e qual o caminho a seguir pela nova polícia para atender a um novo país. A pesquisa trouxe sete pontos que deveriam ser resolvidos:

1. Enfraquecimento dos valores morais da Polícia Nacional - se todos os cidadãos possuem valores, a Polícia também deveria tê-los;

2. Deficiência da liderança - a polícia, antes, formava líderes comandantes, que se afastavam da comunidade. É necessário formar líderes capazes de realizar processos de gestão voltados para as atividades que atendam ao cidadão;

3. Atividades diversificadas - a polícia cuidava de várias coisas que nada tinham a ver com a atividade policial e deixava de realizar as missões afetas à polícia;

4. Foco ineficiente - a abordagem da Polícia era ineficiente. Administrava mal os

talentos humanos e o policiamento obedecia às regras dos comandantes, não se baseando na missão principal da polícia de proteção da comunidade;

5. Deficiência nos processos de treinamento – a Academia e as escolas de formação estavam desviadas dos objetivos da Instituição, formando o homem na área jurídica. A missão policial e o ensino policial eram secundários;

6. Sistema de avaliação e desempenho ineficaz – obedecia critérios pessoais, procuravam-se culpados e se aplicavam sanções e transferências. Atualmente, é importante saber as causas do problema para que todos possam ter um planejamento estratégico. A partir do plano estratégico, a avaliação foi facilitada e busca um controle de gestão sobre o que cada um efetivamente faz, tanto o pessoal, os departamentos e a própria Polícia Nacional como um todo;

7. Afastamento da polícia da comunidade – sendo a polícia responsável pela proteção da vida do cidadão, era um contra-senso, pois saía à rua para violentar os direitos humanos, sistematicamente.

Diante do quadro, chegou-se à seguinte conclusão: ou mudamos ou seremos mudados. Eram 103 anos da Polícia Nacional. Assim, iniciou-se um grande plano transparente, excluindo da Instituição todos os corruptos e os que não tinham bom desempenho.

As demissões foram possíveis por meio de um sistema outorgado pelo governo para que se processasse com apenas um ato administrativo, sem burocracia das instigações preliminares tradicionais.

A pergunta seguinte foi como atacar o problema. Foi montado um plano de transformações culturais e de melhoria. Era um desafio para toda a polícia e para todo o País. Felizmente, contou-se com o apoio do governo, dos sindicatos e dos policiais. Disseram: “sim, é a minha Instituição e eu quero outra Instituição e eu me comprometo a mudar”.

O Programa se desenvolveu baseado em cinco projetos:

1. Participação do Cidadão para a mudança, como base fundamental do trabalho da polícia;

2. Multiplicação e potencialização do conhecimento e da formação policial. Era necessário buscar os melhores policiais, aqueles que tivessem vocação e talento para o trabalho policial e para servir a comunidade;

3. Treinamento e informação – que insira uma nova cultura profissional, onde o homem aprenda a trabalhar em equipe e passe a planejar com o cidadão;

4. A Polícia não deve se comprometer com aquilo que ela não poderá cumprir e assim estabelecer uma nova cultura de segurança para poder conviver harmoniosamente com a comunidade;

5. Desenvolvimento gerencial de integração – com desenvolvimento de mais treinamento aos comandantes em técnicas de gestão, e menos milícia, buscando o desenvolvimento de capacidades e trabalho em equipe. O que se quer é que estes líderes possam avaliar com visão do todo o plano estratégico, sem esperar, no caso de falha, uma

nova avaliação ou resultado final, quando já for tarde para correções. O líder neste novo modo de gerenciar deve mobilizar e dinamizar a inteligência das pessoas para que todos possam agir antecipadamente.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PARA A MUDANÇA

É, na verdade, o embrião da Polícia Comunitária. Aplica-se o princípio da transversalidade: todo policial treinado para absorver a filosofia da Polícia Comunitária. Utilizam-se as técnicas de pesquisa, que é essencial para o trabalho com a comunidade. O modelo baseia-se em pesquisa nos modelos implantados nos Estados Unidos, no Canadá, na França e na Espanha, buscando a transformação cultural com realização de convênios e consórcios.

Parceria com o Conselho Sindical, que desenvolveu eventos para melhorar a vida das pessoas. Convite para a mídia e a comunidade para assinar um protocolo de intenções com o compromisso de avaliar o trabalho da polícia.

Outros Programas:

- **Trabalho junto aos funcionários ligados a sindicatos** cuja incidência criminal era significativa, inserindo ensinamentos sobre respeito, solidariedade, urbanidade e civismo;
- **Amigos 80** – programa cívico por meio de uma Fundação de pessoas que possuem bom poder econômico, as quais contribuam para compra de armas, tecnologias e veículos para proteção das estradas;
- **Mães pela vida** – recolhem as mães cujas filhas foram vítimas de violência;
- **Plano de Consciência Cidadã** – Bom Samaritano - um programa no rádio informa a comunidade para que a polícia atenda somente aquilo que é caso de polícia;
- **Plano de Proteção às Mulheres** - inclui treinamento às mulheres sobre assuntos gerais pertinentes;
- **Plano Dourado** - funciona nos aeroportos para proteção a turistas;
- **Adoção de um Ciclo de Segurança** , criado em Bogotá, como uma nova cultura comunitária. Esse ciclo participa das ações da polícia nacional: fonte de segurança, escola de segurança, fontes de reclamações, polícia cívica, comitês de vigilância e redes de segurança.

O Plano de Governo quer unir o cidadão, as autoridades e o setor produtivo para cumprir os programas, dando a todos a oportunidade de serem bons cidadãos no futuro.

O novo modelo pedagógico de Direitos Humanos para a Força Pública da Colômbia irá revisar, verificar a problemática e gerar dinâmicas de aprendizado de Direitos Humanos, para fortalecer a cultura institucional, visando a articular as atividades de Direitos Humanos, a orientar o ensino profissional e os processos de integração com a comunidade.

O objetivo é aplicar o princípio da transversalidade para que os Direitos Humanos possam permear cada um dos membros da Polícia Nacional da Colômbia.

1. SEGURANÇA E COMUNIDADE

A segurança é um bem comum da comunidade, constituindo o compromisso das pessoas em querer viver e trabalhar em paz, em um ambiente de segurança, que nos permita viver juntos.

Em outros tempos a segurança era considerada como uma responsabilidade da Polícia. Porém, hoje em dia este conceito está mudando, deixando bem claro o erro do processo de formação cívica de nossa sociedade, surgindo a necessidade de insistir na participação da comunidade nos temas de segurança coletiva e tratar de atenuar as causas que geram as crises em que estamos vivendo.

A Polícia Nacional do Equador acha conveniente abrir seus quartéis e convidar a comunidade para participar em favor de sua própria segurança, sem que isto queira dizer que estamos evitando um trabalho que por obrigação temos que desempenhar, e sim que a polícia e a sociedade estabeleçam estratégias que apoiem o esforço policial e conjuntamente alcancemos o bem com denominada segurança.

Necessidade de desenvolver na sociedade uma cultura de segurança, generalizando os valores de irmandade, patriotismo e ajuda mútua.

O relacionamento entre polícia e comunidade no Equador é feito pelas Brigadas de bairros, que resgatam os princípios de boa vizinhança, solidariedade e espírito cívico para motivar e conscientizar a coletividade a respeito da segurança de cada um dos membros e da comunidade.

Criar uma troca de atitudes na sociedade para participar consciente, efetiva e solidariamente do melhoramento da segurança e de melhorar a qualidade de vida.

Projetar a presença institucional da sociedade através de campanhas, programas e jornadas de prevenção, a fim de evitar a insegurança e a delinquência.

Como resultado alcançado desta gestão, exaltamos o esforço da comunidade em favor de sua Polícia que, com mobilização, alcança o provimento de recursos para dotar a polícia de equipamentos e meios para neutralizar o avanço da criminalidade no País e proteger desta maneira a sociedade.

6. AÇÕES DOS REPRESENTANTES DA COMUNIDADE PARA ATUAR JUNTO À POLÍCIA NACIONAL

1. Preparar o diagnóstico do que provoca insegurança no bairro e das medidas que podem ser adotadas para neutralizá-las;

2. Setorizar as cidades de acordo com:

- índices e tipos de delinquência;
- número de habitantes;

- condições econômicas e sociais;
 - zonas de conflito;
 - zonas de difícil acesso;
3. Levantamento de um censo dos grupos sociais atuantes;
 4. Convocar e presidir sessões de trabalho com estes grupos organizados;
 5. Preparar e difundir boletins de imprensa, insistindo na necessidade de que todos devemos trabalhar para a proteção da sociedade;
 6. Capacitar os membros da sociedade sobre segurança pessoal, domiciliar, no trabalho, no bairro, prevenção de consumo de drogas e direção defensiva;
 7. Capacitar os membros da sociedade com técnicas de patrulhamento preventivo, privilegiando a ajuda mútua;
 8. Motivar a participação na segurança dos membros de polícias particulares;
 9. Realizar atividades de informações para selecionar os membros integrantes das brigadas de bairro;
 10. Valorizar os representantes do bairro perante a comunidade, destacando sua importância na defesa e segurança;
 11. Apoiar as iniciativas de segurança adotadas pela brigada de bairro;
 12. Registrar as pessoas com capacidade para dirigir o conselho de bairro;
 13. Promover participação cultural, social e desportiva com a participação da Polícia Nacional;
 14. Incentivar a comunidade em recuperar seus valores morais, éticos e cívicos;
 15. Promover sentimento de solidariedade por meio de conferências com autoridades ligadas à área;
 16. Criar um sistema de estímulos para as pessoas que participam de atos relevantes em benefício de segurança comunitária;
 17. Como podemos apreciar, o esforço policial está orientado a garantir a convivência pacífica e ordenada dos habitantes, com respeito às liberdades individuais e à manutenção dos princípios de serviço para a coletividade, mediante o fortalecimento das relações da Polícia com as entidades públicas privadas, nacionais e internacionais.

ESTRATÉGIAS DOS PROGRAMAS DE AÇÃO

1. Estratégia de organização institucional: operar um sistema descentralizado e participativo;
2. Estratégia de investigação e análise de ocorrências, definindo quem fará o recolhimento, processamento, análise e difusão das informações, bem como enfocar a

violência e saúde pública;

3. Estratégia de prevenção e segurança, conhecendo os aspectos que mais perturbam a segurança, diminu-los e ganhar credibilidade, bem como atuar sobre os valores de risco mais importantes como:

- 4. porte e uso de arma de fogo;
- 5. consumo de álcool e drogas;
- 6. educação e fatores culturais;

7. Estratégias de controle - Fortalecer a instituição da ordem pública, legitimando a cidadania.

8. Estratégia de reabilitação - Reforma do Código de Execução de Penas; Reorganização do sistema prisional; Capacitação de funcionários do sistema prisional; Apoio a reinserção na sociedade e Fortalecimento da capacidade de atender as vítimas e reabilitá-las da violência.

9. Estratégias locais - Estabelecer propostas divididas por setores.

10. Estratégias por ações sociais - Integrar esforços por diferentes organizações para enfrentar o problema da violência contra grupos sociais.

11. Estratégia internacional - Conter a violência e promover a convivência democrática no país e projetar a imagem de um país seguro, atraindo o turismo, os investimentos econômicos e o desenvolvimento nacional.

12. Estratégia de implantação - Este plano requer o acordo de diversas instituições e pessoas envolvidas na preservação da segurança e da convivência democrática e, com o firme propósito de implantar, deverão ser levadas adiante as discussões sobre cada uma das estratégias, com a finalidade de incorporar as diversas opiniões e comentários. Tais discussões permitem priorizar os projetos e definir um programa de execução dos mesmos. Este plano deve ser resultado de consenso dos diversos setores e deve ser difundido pelos meios de comunicação.

13. Estratégias de Programas e Projetos - É indispensável apresentar projetos e programas que correspondam a cada estratégia em diversos níveis de atuação da Polícia Nacional do Equador.

PARAGUAI

MAURICIO OKUZO KANAZAWA SUZUKI
Comissário General Inspetor,
Subcomandante da Polícia Nacional do Paraguai

A Polícia Nacional do Paraguai foi criada pela Constituição Nacional de 1992 e regulamentada pela Lei nº 222 – Orgânica da Polícia Nacional, sancionada em 29 de junho de 1993, a qual modificou substancialmente a realidade da instituição policial paraguaia.

Anteriormente, a Polícia da Capital era submetida e instrumentalizada politicamente como elemento de repressão do governo, em detrimento da população civil.

Após a queda do governo autoritário, em 3 de fevereiro de 1989, conhecido como

“o golpe de libertação de São Brás”, começou a haver uma nova consciência da cidadania e os quadros policiais procuram uma “nova luz” para um melhor entendimento com a comunidade e para uma convivência harmônica da comunidade.

Somente após a Constituição de 1992 e sua Lei Orgânica de 1993, a Polícia Nacional do Paraguai assumiu o seu papel e personalidade autêntica, apesar de suas limitações econômico-financeiras e suas carências de infra-estruturas para o combate à delinquência, que cresce em ritmo vertiginoso.

Foram grandes os esforços para empregar uma nova estrutura policial, principalmente para assumir o controle e supervisão das 17 organizações policiais departamentais, que anteriormente eram subordinadas às Delegacias dos Governos Departamentais e essas ao Ministério do Interior.

Em seis anos de existência da Polícia Nacional do Paraguai, muitas foram as suas realizações: destacam-se a absoluta tomada de consciência, por parte do pessoal, de suas responsabilidades profissionais, descartando todo fato político, tendo, então, a compreensão, o apoio e a solidariedade dos cidadãos em geral.

As realizações não foram espontâneas nem automáticas, mas, sim, frutos de uma paciente conscientização, que começou nos centros de formação e especialização, ocorrendo por intermédio de debates e palestras.

Contam com o apoio dos países frateros e amigos que, além do apoio moral e material, dão assistência técnica e bolsas de estudos para especialização.

Também se reconhece que encontros, como o presente, ou de caráter regional, ajudam muito o fortalecimento da Polícia Nacional do Paraguai, ao serem postas em execução as recomendações dos mesmos.

Esses assuntos são parte dos resultados positivos. Sem dúvida, a interação, a complementação e a inter-relação entre organismos policiais são determinantes para a adequação e para os melhoramentos doutrinários, tecnológicos e científicos.

Nessas reuniões, entre elas os Congressos Latino-Americanos de Ordem, Segurança e Direitos Humanos, são delineadas normas importantes para a inserção das instituições policiais na comunidade civil. Os resultados são uma adequada interação e uma mais eficaz prevenção do delito.

A Polícia Nacional do Paraguai procura adequar suas ações a tais normas. Na busca de adequação a esta doutrina, tem inserido no seu Regulamento Orgânico Funcional a figura do “Conselho Assessor Comunal”, como parte integrante da organização das Delegacias.

Esses Conselhos são integrados por respeitáveis cidadãos da comunidade, os quais prestam valiosos apoios em diversos aspectos, e também se constituem porta-vozes das preocupações e desejos dos cidadãos.

A Polícia paraguaia está sempre presente com o povo em situações de catástrofes, como ultimamente acontece, em consequência da prolongada seca e grandes incêndios, por intermédio de atendimentos médico-odontológicos gratuitos pelos profissionais do Hospital da Polícia Nacional.

Há um destaque no trabalho comunitário que está completando 3 anos. É a “Rádio A Voz da Polícia”, que leva suas constantes mensagens a mais de 100 quilômetros ao redor da Capital.

Todas essas medidas apontam a busca de uma maior aproximação com a comunidade, em tempo de constituir valiosa contribuição na prevenção do delito, na manutenção da saúde moral da infância e da juventude, com a prevenção de atividades perigosas, amizades indesejáveis, consumo de drogas e abuso do álcool.

Esses tipos de reuniões têm sido constantes nos últimos tempos devido à implementação, a partir do presente ano, dos novos Códigos Penal e Processual Penal. Esse importante passo no sistema legislativo paraguaio implica passar o procedimento penal do sistema inquisitório para o acusatório. Com isso, leva a um maior protagonismo entre agentes fiscais nos feitos punitivos e a necessidade de uma maior cooperação deles com os funcionários policiais. Sempre dentro do mais absoluto respeito às normas impostas pelos Direitos Humanos.

Dentro dessa estrutura, a Polícia Nacional do Paraguai tem o compromisso com a cidadania, para defender a sua vida e lutar contra uma delinqüência cada dia mais sofisticada, por ser essa a sua missão primária e verdadeira razão de existir.

Nessa incumbência não poupará esforços nem sacrifícios, porque essa é a consciência que hoje tem a polícia, pois sabe que está optando por uma vida de entrega e sacrifício.

Assim mesmo, com o compromisso assumido, a Polícia do Paraguai seguirá somando seus esforços com seus pares do mundo, em especial do continente e da região, em forma bilateral ou comunitária, considerando que essa é a forma mais eficaz para se combater o delito, para o qual não existe fronteira entre os países.

Nesse sentido e como compromisso geral, peço a todos os meus colegas presentes que multipliquemos esforços para atingir esse nosso objetivo.

EL SALVADOR

RAFAEL ANTONIO GONÇALVES GARCIAGUIRRE

Chefe da Divisão Regional Metropolitana
Polícia Nacional Civil de El Salvador

As mais altas autoridades de minha instituição decidiram reorientar o trabalho policial, adequando-o dentro das novas políticas de Segurança Pública, contempladas no programa governamental denominado: “Aliança pela Segurança”.

Essa Aliança pela Segurança forma parte de um dos quatro componentes do Plano Estratégico do governo de El Salvador: “A Nova Aliança”.

Esse programa (Aliança pela Segurança) compreende, entre outros, a principal tarefa da Polícia Nacional Civil, consistindo na “Garantia da Eficiência Policial”, onde foi centralizado o trabalho policial que compreende as seguintes ações:

1. O fortalecimento e melhoramento da estrutura organizacional;

2. O fortalecimento e melhoramento da atividade policial. Nesse caso, deve-se levar em consideração o envolvimento da população nos esquemas de autocontrole e denúncia cidadã. Sabemos que a Segurança Pública é responsabilidade de todos e não somente de um corpo policial.

Para atingir os Objetivos Institucionais estabelecidos no programa “Aliança pela Segurança”, a suprema autoridade da Corporação Policial (o Diretor General) centralizou a exigência de trabalho no desenvolvimento do conceito de eficiência, nos termos seguintes:

1. Treinamento, reforço e capacitação constante dos recursos humanos, nos postos de trabalho, enfatizando o respeito pelos Direitos Humanos;

2. Focalização, identificação das áreas de maiores índices criminais, onde se implementam atividades operativas, concentrando maior presença policial nessas áreas, buscando proteger os cidadãos;

3. Iniciativa, o que requer maior criatividade, que provoque melhores decisões e análises dos problemas.

4. Qualidade, que significa conseguir a excelência, através de melhor liderança para prestar o serviço policial;

5. Atualização, enfatizando o interesse pela educação e, por conseguinte, a superação em outras áreas, de tal forma que o membro da instituição se converta em um elemento polivalente (com atividades diversas);

6. Comunidade. Uma das principais políticas institucionais em marcha é a identificação Polícia – Comunidade, através da participação da Polícia nas diferentes atividades da Comunidade ;

7. Inovação, que requer apresentação de novas perspectivas que deverão ser atingidas com a implementação de novos métodos, procedimentos institucionais e reengenharia institucional;

8. Ação concreta de aproximação com a comunidade, chamada “Contato Cidadão”, podendo ser em 3 níveis:

- obrigação que a patrulha tem de estabelecer um contato com indivíduos da

comunidade. Para isso é feito um controle, a partir do qual é elaborado um relatório contendo hora, local, nome da pessoa entrevistada e informação obtida;

- nas associações de comunidades e de bairro, onde é apresentada aos seus membros a eficiência da polícia. Em contrapartida a comunidade traz projetos de aproximação com a polícia, o que é um avanço, pois a população tem receio da polícia e rejeita a aproximação com ela. A imprensa também é envolvida, pois ela tem um papel importante para levar à comunidade essa idéia de aproximação mútua;

- coordenação com as instituições que têm a ver com o trabalho policial, isto é, a Procuradoria e o trabalho do Tribunal de Justiça.

De igual forma vêm sendo implementadas outras medidas institucionais, que de forma indireta se coadunam com o fortalecimento dessa filosofia, como por exemplo:

1. criação da Divisão de Serviços Juvenis, que trata do problema de bandos (ganguês);

2. formação da Fundação de Bem-Estar Policial;

3. reagrupamento das dependências relacionadas com o bem-estar policial, criando a “Divisão do Bem-Estar Policial”, para apoiar o policial nas necessidades institucionais, com atendimento psicológico, como também no particular, lazer familiar, fortalecimento da auto-estima de cada policial. Não há dúvidas de que contribuem para evitar a subestimação dos outros, subestimação que se traduz em violência aos Direitos Humanos dos cidadãos.

POLÍCIA COMUNITÁRIA COMPARADA - BRASIL

A segurança pública no Brasil tem buscado adotar inúmeras alternativas de integração das polícias brasileiras e participação da sociedade organizada.

Desde 1998, o Ministro da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, estabeleceu estudos propondo a criação de uma base comum de formação profissional para todos os profissionais de segurança, objetivando, assim, criar uma doutrina básica para atuação nessa área.

Por outro lado, os Estados Brasileiros vêm estabelecendo programas de integração entre as polícias ostensivas (as Polícias Militares) e as investigativas (as Polícias Civis).

Exemplos como a integração operacional e a integração das escolas de formação têm sido motivo de destaque em todo o país e têm contribuído com a melhora da qualidade do serviço policial, pois têm-se aumentado as intervenções policiais com base em técnicas modernas.

O modelo de policiamento comunitário foi introduzido no Brasil a partir da década de 80 quando as polícias militares estaduais buscavam a reestruturação de seus processos com base na Constituição Federal de 1988.

Em 1991 a Polícia Militar do Estado de São Paulo promoveu o I Congresso de Polícia e Comunidade, sendo este considerado o marco inicial da discussão sobre o tema

No mesmo ano a Polícia Militar do Rio de Janeiro inicia um programa piloto de Polícia Comunitária no bairro de Copacabana. Em São Paulo tal iniciativa tem início em Ribeirão Preto.

Dentro de uma política de modernização democrática e política, o Governo Federal, a partir de 1996, implementou diversos programas nas áreas sociais. Um de considerável destaque foi o Programa Nacional de Direitos Humanos, que buscou estabelecer diretrizes para a melhoria da qualidade de vida no país. No programa foram incluídas metas que objetivam sistematicamente melhorar o desempenho e o relacionamento das polícias brasileiras com a sociedade, principalmente otimizando programas de polícia comunitária nos Estados:

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS¹

PROPOSTAS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Proteção do Direito à Vida

Segurança das Pessoas

Médio Prazo

¹ República Federativa do Brasil. *Programa Nacional de Direitos Humanos*. BR: Min. Da Justiça, 1996.p.21.

- *Apoiar as experiências de polícias comunitárias ou interativas, entrosadas com conselhos comunitários, que encarem o policial como agente de proteção dos direitos humanos;*

Em 1997, ratificando o Programa Nacional, o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Justiça e de Cidadania, implementou o Programa Estadual de Direitos Humanos, ratificando as seguintes atividades:

PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS²

Proposta de Ações para o Governo e para Sociedade

1. Construção da Democracia e Promoção dos Direitos Humanos

1.1 Educação para a Democracia e os Direitos Humanos

3. Desenvolver programas de informação e formação para profissionais do direito, policiais civis e militares, agentes penitenciários e lideranças comunitárias, orientados pela concepção dos direitos humanos segundo a qual o respeito à igualdade supõe também reconhecimento e valorização das diferenças entre indivíduos e coletividades.

3. Direitos Civis e Políticos

3.2 Segurança do Cidadão e Medidas Contra a Violência

131. Incentivar experiências de polícia comunitária, definindo não apenas a manutenção da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio mas também e principalmente a defesa dos direitos da cidadania e da dignidade da pessoa humana como missões prioritárias das polícias civil e militar.

PROJETO DE POLÍCIA INTERATIVA

Em 1985, com a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança, nascia a Polícia Interativa, na Cidade de Guaçu-ES, dando um passo importante na busca de uma real aproximação com a comunidade, sendo objeto de destaque na mídia nacional, pelo seu audacioso projeto de polícia interativa. Sem prejuízo das ações voltadas contra os criminosos, buscou-se o entrosamento com a comunidade para juntos controlarem as ações delituosas, evitando sua eclosão. De forma harmoniosa, visou-se à responsabilidade de todos para a garantia da ordem pública, antecipando-se aos fatos. COSTA³ afirma:

Assim está sendo concebido o POP-COM (Polícia Interativa) como um novo tipo de Policiamento Ostensivo, pois objetiva obter produtividade e qualidade no serviço de polícia ostensiva, prestados à sociedade, trazendo como inovação a possibilidade real de se aferrir as ações ostensivas do policial militar no setor onde atua pontuando-as e controlando de modo criterioso o seu desenvolvimento, através da informática.

² Governo do Estado de São Paulo. Programa Estadual de Direitos Humanos. SP: Secretaria da Justiça e cidadania, 1997,p.25.

³COSTA, Júlio C. PMES - *Diretrizes para Implantação e Implementação da Polícia Interativa*, ES:1995, p.12.

Para uma maior operacionalização, está sendo incutido nos policiais militares nova mentalidade no atendimento de ocorrências, por meio da leitura diária de um decálogo (POP-COM -Polícia Interativa), fixado na sala de reuniões.

Decálogo do Policial Interativo (Guaçu- ES)

CERTO	ERRADO
1. Razão	2. Emoção
3. A força da lei	4. A lei da força
5. A técnica policial militar	6. A violência policial militar
7. Reconhecimento profissional	8. O desgaste profissional
9. A corporação respeitada	10. A corporação denegrida

Fonte: PMES

Foi dada preferência ao policiamento ostensivo a pé como forma de aproximar mais facilmente o policial militar da comunidade, buscando conhecer suas aspirações, sugestões e críticas durante o policiamento ou por intermédio dos conselhos interativos. O lema “O Povo conspira com quem o protege”, de Nicolo Machiavel, é a base do trabalho.

Os objetivos da Polícia Interativa são:

a) Geral:

- estabelecer os princípios institucionais para a implantação da filosofia da Polícia Interativa.

b) Específicos:

- incrementar, na estrutura da Polícia, a filosofia de uma Polícia cidadã, através da execução do projeto de polícia interativa;

- exteriorizar a preocupação do Governo, no alcance de uma nova mentalidade no exercício constitucional da atividade policial;

- promover a interação contínua entre a Polícia e os diversos segmentos da sociedade;

- investir na criação de um módulo próprio, moderno e dinâmico na atividade-fim da Polícia, através da Polícia Interativa.

Os primeiros resultados mostraram credibilidade, fizeram surgir o espírito de interação comunitária, diminuiu a criminalidade na cidade (25,4% em 1993), aumentou a sensação de segurança e possibilitou o reconhecimento dos poderes públicos.

Outros Estados brasileiros a partir de 1997 têm implementado o modelo de Polícia Interativa, que é muito semelhante ao policiamento comunitário.